

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 4815/2022-PGJ, DE 28.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Convocar os membros abaixo relacionados e seus substitutos para comparecerem a seus locais de trabalho, no período de 4 a 7.10.2022, no horário das 8h às 18h, durante o período de realização da Correição Extraordinária pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) na cidade de Campo Grande, especificamente nas Promotorias de Justiça e/ou órgãos auxiliares com atribuição nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, infância e juventude, patrimônio público, violência e vitimização policial, igualdade étnico-racial, segurança alimentar, violência de gênero, defesa da mulher, feminicídio e direitos da população LGBTQIA+, bem como para participarem da solenidade de abertura da referida correição, no dia 4.10.2022, às 10h, no Auditório Dr. Nereu Aristides Marques, na sede do MPMS, Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, em Campo Grande, MS, e da reunião de encerramento dos trabalhos correcionais, no dia 7.10.2022, às 16h:

ÓRGÃO	MEMBRO RESPONSÁVEL
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais e do Controle Externo da Atividade Policial (Caocrim)	Titular: Helton Fonseca Bernardes
Núcleo Criminal (Nucrim)	Titular: Renata Ruth Fernandes Goya Marinho
Grupo de Atuação Especial dos Promotores de Justiça do Tribunal do Júri (Nojúri)	Titular: Livia Carla Guadanhim Bariani
Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (Gacep)	Titular: Luciana Moreira Schenk
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, das Fundações e Eleitorais (CAOPPE)	Titular: Antonio Siufi Neto
Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações (Nupatri)	Titular: Fernando Martins Zaupa
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência (CAODH)	Titular: Francisco Neves Junior
Núcleo da Cidadania (Nuci)	Titular: Clarissa Carlottto Torres
Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (Nupier)	Titular: Douglas Silva Teixeira
Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Nevid)	Titular: Aline Mendes Franco
Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde (Gaeds)	Titular: Filomena Aparecida Depolito Fluminhan
Grupo de Atuação Especial de Educação (Geduc)	Titular: Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, da Habitação e Urbanismo e do Patrimônio Histórico e Cultural (Caoma)	Titular: Marigô Regina Bittar Bezerra
Núcleo Ambiental	Titular: Luciano Furtado Loubet
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude (CAOPJJJ)	Titular: Hudson Shiguer Kinashi
Núcleo da Infância e da Juventude (Nuij)	Titular: Fabricia Barbosa Lima
Núcleo de Apoio à Atuação Especializada no Combate à Sonegação Fiscal e aos Ilícitos contra a Ordem Tributária (Naaesf)	Titular: Gevair Ferreira Lima Junior
Grupo Especial de Combate à Corrupção (Gecoc)	Titular: Adriano Lobo Viana de Resende



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE		
Promotoria de Justiça	Membro titular/designado	Substituto(a) automático(a)
18ª Promotoria de Justiça	José Arturo Iunes Bobadilla Garcia	Lívia Carla Guadanhim Bariani
19ª Promotoria de Justiça	Lívia Carla Guadanhim Bariani	José Arturo Iunes Bobadilla Garcia
20ª Promotoria de Justiça	Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos	Luciana do Amaral Rabelo
21ª Promotoria de Justiça	Luciana do Amaral Rabelo	Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos
26ª Promotoria de Justiça	Luz Marina Borges Maciel Pinheiro	Luiz Antônio Freitas de Almeida
27ª Promotoria de Justiça	Wilson Canci Junior	Simone Almada Goes
28ª Promotoria de Justiça	Simone Almada Goes	Wilson Canci Junior
29ª Promotoria de Justiça	Adriano Lobo Viana de Resende	Fabio Ianni Goldfinger
30ª Promotoria de Justiça	Fabio Ianni Goldfinger	Adriano Lobo Viana de Resende
31ª Promotoria de Justiça	Humberto Lapa Ferri	Gevair Ferreira Lima Júnior
32ª Promotoria de Justiça	Daniella Costa da Silva	Daniela Cristina Guiotti
33ª Promotoria de Justiça	Nicolau Bacarji Junior	Paulo Henrique Camargo Iunes
34ª Promotoria de Justiça	Luiz Antônio Freitas de Almeida	Andréia Cristina Peres da Silva
42ª Promotoria de Justiça	Andréia Cristina Peres da Silva	Luz Marina Borges Maciel Pinheiro
46ª Promotoria de Justiça	Paulo Henrique Camargo Iunes	Nicolau Bacarji Junior
47ª Promotoria de Justiça	Henrique Franco Cândia	Eduardo Franco Cândia
48ª Promotoria de Justiça	Eduardo Franco Cândia	Henrique Franco Cândia
49ª Promotoria de Justiça	Gevair Ferreira Lima Junior	Humberto Lapa Ferri
65ª Promotoria de Justiça	Bolivar Luis da Costa Vieira	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva
66ª Promotoria de Justiça	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	Bolivar Luis da Costa Vieira
67ª Promotoria de Justiça	Paulo César Zeni	Cristiane Barreto Nogueira
72ª Promotoria de Justiça	Clarissa Carlotto Torres	Bolivar Luis da Costa Vieira
76ª Promotoria de Justiça	Daniela Cristina Guiotti	Daniella Costa da Silva

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4831/2022-PGJ, DE 28.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvarem as seguintes Zonas Eleitorais, no dia 2 de outubro de 2022, conforme o quadro a seguir:

ZONA ELEITORAL	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA
1ª	Michel Maesano Mancuelho
4ª	Gilberto Carlos Altheman Júnior
5ª	Paulo Leonardo de Faria



5ª	Murilo Hamati Gonçalves
7ª	Viviane Zuffo Vargas Amaro
8ª	José Luiz Rodrigues
9ª	Antonio Carlos Garcia de Oliveira
11ª	Jorge Ferreira Neto Júnior
11ª	Maurício Mecelis Cabral
13ª	Leonardo Dumont Palmerston
15ª	Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca
18ª	Claudia Loureiro Ocariz Almirão
19ª	Thiago Barbosa da Silva
22ª	Allan Carlos Cobacho do Prado
23ª	Ronaldo Vieira Francisco
25ª	Andre Luiz de Godoy Marques
31ª	Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira
33ª	Lenize Martins Lunardi Pedreira
40ª	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo
43ª	Luiz Gustavo Camacho Terçariol
43ª	Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro
43ª	Radamés de Almeida Domingos
44ª	Eduardo de Araujo Portes Guedes
49ª	Jean Carlos Piloneto
50ª	Luciano Bordignon Conte
50ª	Pedro de Oliveira Magalhães
54ª	Guilherme Pereira Diniz Penna

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 4436/2022-PGJ, DE 5.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 8.3.2022, as férias da servidora Dayenne Gargantini Martins Diniz Paduan concedidas por meio da Portaria nº 890/2021-PGJ, de 11.3.2021, com suas alterações, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, sendo o período de férias remanescente usufruído de 11 a 18.7.2022.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4450/2022-PGJ, DE 5.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 19.4.2022, as férias da servidora Dayenne Gargantini Martins Diniz Paduan concedidas por meio da Portaria nº e-284/2022-PGJ, de 18.3.2022, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 3 a 11.11.2022.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4452/2022-PGJ, DE 5.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 11.7.2022, as férias da servidora Daniela Saab Nogueira concedidas por meio da Portaria nº 2582/2022-PGJ, de 30.5.2022, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 1º a 17.2.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4494/2022-PGJ, DE 8.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Jean Haeffner Machado por meio da Portaria nº e-1521/2021-PGJ, de 22.11.2021, com redação dada pela Portaria nº e-64/2022-PGJ, de 27.1.2022, que seriam usufruídas nos períodos de 29.8 a 2.9.2022 e 13 a 22.10.2022, a serem usufruídas nos períodos de 3 a 12.11.2022 e 12 a 16.6.2023, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4605/2022-PGJ, DE 13.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares ao servidor Joacir França Giesen, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 17 a 26.10.2022 e de 3 a 12.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 7 a 16.10.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4641/2022-PGJ, DE 16.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares ao servidor Rony Pedroso Vasques, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 26.9 a 5.10.2022 e de 28.8 a 6.9.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 17 a 26.10.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4643/2022-PGJ, DE 16.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Isabela Castro Almeida por meio da Portaria nº e-1044/2021-PGJ, de 14.9.2021, com redação dada pela Portaria nº 3950/2022-PGJ, de 4.8.2022, que seriam usufruídas no período de 18 a 27.10.2022, a serem usufruídas no período de 13 a 22.10.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4644/2022-PGJ, DE 16.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Thais Meliso Gonçalves por meio da Portaria nº e-430/2022-PGJ, de 10.5.2022, que seriam usufruídas no período de 28.9 a 7.10.2022, a serem usufruídas no período de 19 a 28.9.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

COMISSÃO DE CONCURSO**EDITAL Nº 2/2022/COC/MPMS**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o Edital nº 2/2022/COC/MPMS, que complementa o Anexo Único do Edital nº 1/2022/COC/MPMS, nos seguintes termos:

Art. 1º Em observância à Resolução nº 42/2022-PGJ, de 27 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial do Ministério Público de Mato Grosso do Sul – DOMPMS nº 2.757, de 28 de setembro de 2022, o **Anexo Único do Edital nº 1/2022/COC/MPMS** passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO ÚNICO – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS DISCIPLINAS**Direito Constitucional**

1. Constitucionalismo. Constituição e evolução histórica. Conceito. Classificação. Elementos. Poder Constituinte: originário e derivado. O constitucionalismo brasileiro. A ordem constitucional. Emendas à Constituição promulgadas até a data das respectivas provas. Disposições gerais e transitórias.

2. República e Federação no direito constitucional geral. Sistema brasileiro. Repartição de competências. União: bens e competência. Competência exclusiva, competência de normas gerais, competência comum e competência concorrente.

3. Princípios constitucionais. Da interpretação da Constituição. Eficácia e aplicabilidade da Norma Constitucional.

4. Teoria Geral do Estado. Estados-membros na Constituição. Organização, natureza e conteúdo da autonomia constitucional do estado-membro. Competências estaduais. Intervenção federal nos estados-membros. Distrito Federal e



territórios. Municípios na Constituição. Competência Municipal, organização política e administrativa. Intervenção no Município.

5. Poder Legislativo. Organização e atribuições. Processo legislativo. Cláusulas pétreas. Natureza. Iniciativa legislativa. Normas constitucionais e processo legislativo. Comissões Parlamentares de Inquérito (Lei nº 10.001/2000). Orçamento. Princípios constitucionais. Fiscalização financeira e orçamentária. Tribunal de Contas. Natureza e atribuições.

6. Poder Executivo. Evolução do conceito. Atribuições e responsabilidade do Presidente da República. Poder Regulamentar. Poder regulador e as agências administrativas. Conselho da República. Conselho de Defesa Nacional.

7. Poder Judiciário. Natureza da função jurisdicional. Garantias do Poder Judiciário. Princípio da reserva legal na apreciação de lesão ou ameaça de direito individual. Poder Judiciário Federal e Poder Judiciário Estadual. Tribunais Superiores. Conselho Nacional de Justiça. Resoluções constitucionais.

8. Hermenêutica constitucional. Interpretação. Integração. Aplicabilidade das normas constitucionais.

9. Jurisdição constitucional. Supremacia e força normativa da Constituição. Controle político e controle jurisdicional. Doutrina das questões políticas. Tipos de controle de constitucionalidade no direito brasileiro. Espécies de controle de constitucionalidade no direito brasileiro. Conceito. Natureza. Espécies. Ação declaratória de constitucionalidade e ação direta de inconstitucionalidade. Ação de inconstitucionalidade por omissão. Ação de descumprimento de preceito fundamental. Processo e julgamento das ações constitucionais perante o STF e TJMS. Controle de constitucionalidade no âmbito estadual no Ministério Público e Tribunal de Contas.

10. Funções essenciais à Justiça. Ministério Público. Conselho Nacional do Ministério Público. Resoluções constitucionais.

11. Funções essenciais à Justiça. Advocacia e Defensoria Pública.

12. Direitos e garantias. Rol da Constituição de 1988. Direitos explícitos e implícitos.

13. Nacionalidade. Direitos políticos e partidos políticos. Alistamento. Elegibilidade e inelegibilidade. Suspensão e perda dos direitos políticos. Sufrágio: natureza e forma. Processo eleitoral. Plebiscito, referendo e iniciativa popular.

14. Administração Pública. Princípios e disposições gerais. Servidores civis e militares. Acumulação remunerada. Garantias. Responsabilidade jurídica das pessoas jurídicas públicas.

15. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de defesa e estado de sítio. Forças Armadas. Segurança pública.

16. Direito de propriedade. Função social da propriedade. Desapropriação por necessidade ou utilidade pública. Desapropriação por interesse social. Desapropriação judicial. Política agrícola e fundiária e da reforma agrária. Direito urbanístico.

17. Sistema constitucional tributário. Princípios gerais e limitações constitucionais do poder de tributar. Finanças públicas.

18. Ordem econômica. Princípios. Intervenção no domínio econômico. Formas de intervenção. Limites da intervenção. Repressão do abuso do poder econômico. Empresa pública e sociedade de economia mista. Comunicação social. Planejamento na ordem constitucional.

19. Direitos sociais. Direito à educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência, maternidade, infância e assistência social.

20. Direitos constitucionais dos trabalhadores. Organização sindical. Família, educação e cultura. Ciência e tecnologia. Criança, adolescente e idoso.

21. Garantias e remédios constitucionais. Direito de petição e certidão. Habeas corpus. Habeas data. Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. Ação popular. Ação civil pública. Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

22. Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul. Organização Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul.

23. Súmulas e jurisprudências do STF e do STJ sobre os temas relacionados anteriormente. Precedentes constitucionais.

Direitos Humanos

1. Direitos Humanos: evolução histórica, dimensões e dignidade da pessoa humana.

2. Teoria Geral dos Direitos Humanos: definição, titularidade, classificações, características, interpretação, incorporação de tratados e convenções internacionais, e incidente de deslocamento de competência.

3. Sistema Universal de Proteção dos Direitos Humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e o direito interno brasileiro. Pactos Internacionais de Direitos Humanos (1966).

4. Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos e a Constituição Federal de 1988. Os controles de convencionalidade e de constitucionalidade na proteção de direitos humanos.



5. Sistema Interamericano. Sistema Regional de Direitos Humanos. Convenção Americana de Direitos Humanos e Protocolos adicionais. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
6. Tribunal Penal Internacional. Estatuto de Roma.
7. Tratados e convenções internacionais de proteção aos Direitos Humanos incorporados pelo ordenamento brasileiro. Conflito com as normas constitucionais.
8. Ministério Público e a defesa dos Direitos Humanos.
9. Sistema Único de Saúde. Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990). Saúde pública internacional e a pandemia do COVID-19.
10. Sistema Único de Assistência Social. Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993). Direitos da população em situação de rua. Decreto nº 7.053/2009.
11. Direito das pessoas portadoras de transtornos mentais. Lei nº 10.216/2001. Política de Saúde Mental no Brasil, Reforma Psiquiátrica, serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico e o papel do Ministério Público, parâmetros legais de enfrentamento à drogadição. Lei nº 11.343/2006. Lei nº 13.840/2019.
12. Igualdade racial. Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR. Lei nº 10.639/2003.
13. Igualdade de gênero. Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.
14. Pessoas com deficiência. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Decreto nº 6.949/2009.
15. Homofobia.
16. Súmulas e jurisprudências do STF e do STJ sobre os temas relacionados anteriormente.

Direito Penal

1. Direito Penal. Conceito. Função. Limites e características. Direito Penal fundamental. Fontes e interpretação da norma penal. Teoria Geral do Direito Penal: Teoria da Lei Penal. Conflito aparente de leis penais. Eficácia temporal e espacial da Lei Penal. Eficácia pessoal da Lei Penal.
2. Princípios Constitucionais de Direito Penal. Mandados de criminalização.
3. Princípios do Direito Penal. Princípios da exclusiva proteção de bens jurídicos e da intervenção mínima. Princípios da materialização do fato e da ofensividade do fato. Princípios da responsabilidade pessoal, da responsabilidade subjetiva, da culpabilidade e da igualdade. Princípios da humanidade, da proporcionalidade e da proibição da pena indigna. Dignidade da pessoa humana. Princípio da legalidade ou da reserva legal.
4. Controle social, sistema penal e Direito Penal. Limites do Direito Penal.
5. Norma penal. Conceito e classificação. Norma penal em branco. Destinatários da norma penal. Fontes de Direito Penal. Interpretação da norma penal. Integração da norma penal. Analogia.
6. Aplicação da Lei Penal. Lei Penal no tempo e no espaço. Contagem dos prazos, frações, prazos da parte geral do Código Penal e da legislação especial.
7. Conceito e elementos do delito. Causalismo, finalismo e funcionalismo. Teoria constitucionalista do delito. Bem jurídico-penal: conceito e delimitação. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Direito Penal mínimo. Direito Penal simbólico. Direito Penal do Inimigo.
8. Fato típico. Conceito. Conduta. Resultado. Nexo causal. Tipicidade formal e material. Imputação objetiva. Princípio da insignificância. Teoria do dolo. Teoria da culpa. Fases da Realização do Crime. Crime consumado e tentativa. Desistência Voluntária e Arrependimento eficaz. Arrependimento Posterior. Crime impossível.
9. Antijuridicidade. Conceito. Estado de necessidade. Legítima defesa. Estrito cumprimento do dever legal. Exercício regular de direito. Excesso nas justificativas. Causas supralegais.
10. Culpabilidade. Conceito. Imputabilidade. Causas de exclusão. Imputabilidade diminuída. Embriaguez. *Actio libera in causa*. Emoção e paixão. Potencial consciência da ilicitude. Exigibilidade de conduta diversa. Causas de exclusão ou dirimentes. Punibilidade.
11. Concurso de pessoas e teoria do erro. Autoria, coautoria e participação. Autoria mediata. Autoria incerta. Teoria do domínio do fato. Concurso de pessoas e crimes por omissão. Coautoria em crime culposos. Erro sobre elemento do tipo. Erro sobre a ilicitude do fato. Descriminantes putativas. Erro sobre a pessoa. Erro determinado por terceiro. Erro na execução. Resultado diverso do pretendido.
12. Teoria da pena. Espécies. Fundamentos, fins e conceito da pena. Classificação das penas. Penas privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa. Detração penal. Medidas de segurança.
13. Aplicação da pena. Individualização da pena. Critério trifásico. Circunstâncias judiciais. Agravantes e atenuantes. Critérios para determinação do regime de cumprimento de pena. Substitutivos penais. Reincidência. Concurso de Crimes.



14. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação.
15. Condições objetivas de punibilidade e condições de procedibilidade. Escusas absolutórias.
16. Extinção da punibilidade. Conceito. Modalidades. Momento da ocorrência. Efeitos.
17. Ação penal. Espécies. Crime complexo.
18. Prescrição. Espécies. Prazos. Características.
19. Perdão judicial. Conceito. Natureza jurídica.
20. Direito Penal consensual: o modelo brasileiro. Princípios fundamentais. Medidas despenalizadoras: espécies, requisitos legais e consequências jurídicas. Vitimologia. Função ressocializadora da pena. Criminologia: história, conceito, objeto de estudo, metodologia e teorias criminológicas sobre o problema do crime.
21. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial.
22. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família.
23. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública.
24. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes contra o Estado Democrático de Direito. (Lei nº 4.197/2021).
25. Contravenções penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941). Crimes em Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021).
26. Abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019). Crimes de responsabilidade de Prefeitos e Vereadores (Decreto-Lei nº 201/1967 e Lei nº 79/1950). Crimes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº 7.716/1989).
27. Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990). Crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997). Crimes referentes a drogas (Lei nº 11.343/2006).
28. Crimes de adulteração de combustível ou venda de combustível adulterado (Lei nº 8.176/1991).
29. Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e as Relações de Consumo (Leis nº 8.137/1990 e nº 8.176/1991). Crimes previstos no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). Crimes contra a economia popular (Lei nº 1.521/1951).
30. Crimes contra a Mulher (Lei nº 11.340/2006 e Lei nº 14.188/2021). Crimes para prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente (Lei nº 14.344/2022).
31. Crime de representação falsa por ato de improbidade (Lei nº 8.429/1992.). 32. Crimes contra o Planejamento Familiar (Lei nº 9.263/1996).
32. Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/1998). Organização criminosa (Lei nº 12.850/2013).
33. Crimes contra a criança e o adolescente (Lei nº 8.069/1990 e Lei nº 13.431/2017). Crimes contra o Idoso (Lei nº 10.741/2003)
34. Crimes eleitorais. Crimes de trânsito (Lei nº 9.503/1997). Crimes contra o meio ambiente (Lei nº 9.605/1998). Crimes Cibernéticos.
35. Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003). Crimes falimentares (Lei nº 11.101/2005).
36. Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099/1995). Crimes da Lei da Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/1996).
37. Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas (Lei nº 9.807/1999 e Lei nº 14.245/2021). Crimes contra as pessoas com deficiência (Lei nº 7.853/1989 e Lei nº 13.146/2015). Resolução CNMP nº 243/2021 (Dispõe sobre a Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas).
38. Súmulas e jurisprudências do STF e do STJ sobre os temas relacionados anteriormente.

Direito Processual Penal

1. Princípios que regem o Processo Penal. Garantias e regramentos constitucionais para o Processo Penal.
2. Aplicação e interpretação da Lei Processual Penal.
3. Inquérito policial. Outras investigações criminais fora do âmbito do inquérito policial. Resolução CNMP nº 181/2017 e alterações posteriores. Resolução nº 017/2011-PGJ.
4. Ação penal. Ação civil *ex delicto* e execução civil da sentença penal.
5. Jurisdição e competência.
6. Questões e processos incidentes.
7. Prova penal.
8. Sujeitos processuais.
9. Medidas acautelatórias. Medidas incidentais. Natureza, finalidades. Funções. Garantias do acusado.
10. Prisão. Flagrante. Temporária. Preventiva. Decorrente de sentença. Liberdade provisória.
11. Fatos e atos processuais. Citação e demais atos de comunicação processual. Prazos. Revelia e ausência: diferenciação e consequências jurídicas.



12. Sentença. Coisa julgada.

13. Procedimento comum ordinário. Procedimento comum sumário. Procedimento sumaríssimo. Procedimento dos crimes de competência do Tribunal do Júri. Procedimentos especiais. Procedimento nos crimes falimentares. Procedimento nos crimes de responsabilidade de funcionários públicos. Procedimento nos crimes contra a honra. Procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial, de acordo com as alterações advindas da Lei nº 10.695/2003. Suspensão condicional do processo.

14. Nulidades e suas consequências.

15. Recursos em geral. Recursos em espécie. Correição parcial. Recurso em sentido estrito. Apelação. Embargos infringentes e de nulidade. Carta testemunhável. Recurso especial, ordinário e extraordinário. Agravo em execução penal. Embargos de declaração e de divergência.

16. Habeas corpus. Mandado de segurança em matéria penal.

17. Execução penal.

18. Crimes de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019).

19. Procedimentos da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006).

20. Organização criminosa (Lei nº 12.850/2013).

21. Juizados especiais criminais (Lei nº 9.099/1995).

22. Do sigilo das operações de instituições financeiras (Lei Complementar nº 105/2001).

23. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

24. Lei nº 9.296/1996 (Interceptação Telefônica).

25. Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/1998, com as alterações da Lei nº 12.683/2012).

26. Súmulas e jurisprudências do STF e do STJ sobre os temas relacionados anteriormente.

Direito Civil

1. Aplicação da lei no tempo e no espaço. Interpretação da lei. Analogia. Princípios gerais do direito e equidade.

2. Pessoas naturais. Direitos de personalidade. Incapacidade absoluta e relativa. Restrições e limitações de direito. Pessoas jurídicas. Registro civil das pessoas jurídicas. Sociedades e aquisições.

3. Fundações. Requisitos. Constituição. Insuficiência de bens. Fiscalização. Alteração dos Estatutos. Extinção das fundações e destinação dos bens. Atuação do Ministério Público. Registro de atos.

4. Domicílio civil. Espécies. Pluralidade. Domicílio da pessoa jurídica. Domicílio de eleição.

5. Bens. Diferentes classes de bens. Bens considerados em si mesmos. Bens reciprocamente considerados. Bem de família. Bens públicos.

6. Fatos jurídicos. Negócio jurídico. Atos jurídicos lícitos. Atos ilícitos. Prescrição e decadência. Prova.

7. Direito das obrigações. Modalidades. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento.

8. Contratos. Formação do contrato. Interpretação do contrato. Espécies de contratos. Teoria da imprevisão. Liberdade de contratar e função social do contrato. Resolução por onerosidade excessiva. Contratos pessoais e impessoais. Contratos aleatórios. Contrato preliminar. Efeitos dos contratos. Arras. Vício redibitório. Evicção.

9. Atos unilaterais. Títulos de crédito. Responsabilidade civil. Preferências e privilégios creditórios.

10. Atos ilícitos. Responsabilidade subjetiva, objetiva, contratual e extracontratual. Teoria do risco. Responsabilidade civil do Estado. Dano patrimonial e extrapatrimonial. Extensão do dano.

11. Direito das empresas. Empresário. Sociedade. Estabelecimento. Institutos complementares. Falência e recuperação.

12. Direito das coisas. Posse. Direitos reais. Propriedade. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direito do promitente comprador. Penhor, hipoteca e anticrese.

13. Direito de família. Direito pessoal. Direito patrimonial. Casamento. União estável. Tutela e curatela.

14. Relação de parentesco. Filiação havida fora do matrimônio. Formas de reconhecimento. Investigação de paternidade. Alimentos.

15. Adoção. Conceitos. Requisitos. Efeitos.

16. Direito das sucessões. Disposições gerais. Sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário, arrolamento e partilha.

17. Regras de transição e disposições finais. *Vacatio legis*.

18. Registros públicos. Registros de imóveis. Fé pública. Prioridade. Especialidade. Legalidade. Continuidade.

19. Estatuto da Terra. Conflitos agrários. Atuação do Ministério Público na mediação de conflitos fundiários urbanos e rurais.

20. Alimentos gravídicos: Lei nº 11.804/2008.



21. Registros públicos: Lei nº 6.015/1973.
22. Parcelamento do solo urbano: Lei nº 6.766/1979.
23. Investigação de paternidade: Lei nº 8.560/1992.
24. Alienação parental: Lei nº 12.318/2010.
25. Lei de Falências e de Recuperação de Empresas: Lei nº 11.101/2005.
26. Súmulas e jurisprudências do STF e do STJ sobre os temas relacionados anteriormente.

Direito Processual Civil

1. Normas processuais civis: normas (regras e princípios) fundamentais; interpretação e aplicação.
2. Função jurisdicional: jurisdição, limites e cooperação internacional.
3. Competência interna: critérios determinativos. Competência absoluta e relativa. Modificação da competência. Incompetência. Cooperação nacional.
4. Sujeitos do processo. Partes e procuradores. Capacidade processual. Deveres das partes e dos procuradores. Responsabilidade por dano processual. Sucessão, substituição e representação.
5. Despesas, honorários advocatícios e multas. Gratuidade da justiça.
6. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Intervenção voluntária e provocada. Assistência. Denúnciação da lide. Chamamento ao processo. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. *Amicus curiae*. Outras intervenções.
7. Juiz. Poderes, deveres e responsabilidades. Impedimentos e suspeição.
8. Ministério Público. Perfil constitucional. Intervenção como parte. Intervenção como fiscal da ordem jurídica. Poderes investigatórios. Responsabilidades. Impedimentos e suspeição.
9. Advocacia pública. Regime processual.
10. Defensoria pública. Regime processual.
11. Métodos de resolução dos litígios individuais e coletivos.
12. Conciliação, mediação, negociação e formas alternativas de resolução dos litígios.
13. Ação. Direito de ação. Teorias. Direito de defesa. Exceções e objeções materiais e processuais.
14. Processo. Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Atos das partes. Pronunciamentos do juiz. Prazos. Penalidades e preclusões. Comunicação dos atos processuais.
15. Fatos jurídicos processuais. Atos, fatos e negócios processuais.
16. Pressupostos processuais.
17. Invalidades processuais.
18. Tutela jurisdicional. Formas de tutela. Classificações. Tutela provisória. Tutela definitiva.
19. Processo e procedimento. Procedimento comum e procedimentos especiais. Jurisdição contenciosa: ações possessórias; inventário e partilha; embargos de terceiro; habilitação; ações de família; processos contenciosos de divórcio, separação, reconhecimento e extinção de união estável, guarda, visitação, filiação e alimentos; ação monitória. Jurisdição voluntária: disposições gerais; alienações judiciais; divórcio, separação, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio; testamentos e codicilos; herança jacente; bens dos ausentes; coisas vagas; interdição, tutela e curatela e Estatuto da Pessoa com Deficiência; organização e fiscalização das fundações.
20. Procedimento comum: petição inicial e seus requisitos, registro e distribuição, valor da causa, cumulação de pedidos; deferimento, indeferimento e emenda da inicial; improcedência liminar do pedido; audiência de conciliação ou mediação; transação e homologação; contestação e reconvenção; revelia e seus efeitos; providências preliminares e saneamento; julgamento conforme o estado do processo; saneamento e organização do processo; audiência de instrução e julgamento; provas; provas ilícitas.
21. Sentença. Coisa julgada.
22. Cumprimento provisório e definitivo da sentença.
23. Processo de execução: execução em geral; partes; competência; requisitos; formação, suspensão e extinção da execução; responsabilidade patrimonial; fraudes; espécies de execução: para entrega de coisa, das obrigações de fazer ou de não fazer e por quantia certa; execução de alimentos; execução contra a Fazenda Pública.
24. Oposição à execução: impugnação ao cumprimento de sentença; embargos à execução; defesa por simples petição.
25. Recursos: disposições gerais; apelação; agravo de instrumento; agravo interno; embargos de declaração.
26. Recursos para o STF e para o STJ. Recurso ordinário constitucional. Recurso extraordinário. Recurso especial. Embargos de divergência. Noções gerais e hipóteses de cabimento. Julgamento dos recursos repetitivos.
27. Precedentes e julgados vinculantes. Precedente, jurisprudências e súmula. Efeito vinculante. Limites do efeito vinculante. Fundamentos relevantes. Distinção e superação.
28. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Incidente de assunção de competência.



29. Ação de usucapião. Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. Habeas data. Ação popular.

30. Súmulas e jurisprudências do STF e do STJ sobre os temas relacionados anteriormente.

Tutela de Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos

1. Matéria geral: tutela constitucional dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Processo civil coletivo. Ação civil pública. Ações coletivas. Inquérito civil. Lei nº 7.347/1985 e legislação correlata. Súmulas e jurisprudências do STJ e do STF. Instauração e tramitação do inquérito civil. Regulamentação: Resolução CNMP nº 23 e Resolução nº 15/2007, de 27.11.2007-PGJ.

2. Direito Ambiental: tutela constitucional e princípios fundamentais; Leis nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal); nº 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente); nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos); nº 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais); nº 9.985/2000 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação); nº 9.795/1999 (Educação Ambiental); nº 11.428/2006 (Mata Atlântica); nº 11.105/2005 (Biossegurança); nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança Climática); nº 11.445/2007 (Saneamento Básico); nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos). Súmulas e jurisprudências do STJ e do STF.

3. Direito Urbanístico: Lei nº 6.766/1979 (Parcelamento do Solo Urbano); Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade); Lei nº 6.803/1980 (Zoneamento Industrial). Patrimônio natural, cultural e nacional. Tombamento. Súmulas e jurisprudências do STJ e do STF.

4. Direito do Consumidor: Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). Súmulas e jurisprudências do STJ e do STF.

5. Proteção ao Patrimônio Público e Social. Ressarcimento de Danos. Lei nº 8.429/1992 (Atos de Improbidade Administrativa). Lei nº 4.717/1965 (Ação Popular). Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações). Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos). Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); Decreto-Lei nº 201/1967 (Lei de Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores). Súmulas e jurisprudências do STJ e do STF (Redação dada pela Resolução nº 022/2022-PGJ, de 29 de abril de 2022) e Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresarial).

6. Direito da Infância e da Juventude: Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Constituição Federal e a infância e juventude. Lei nº 13.431/2017 (Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência). Lei nº 12.594/2012 (SINASE). Resolução CNMP nº 243/2021 (Dispõe sobre a Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas). A doutrina da proteção integral. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. Súmulas e jurisprudências do STJ e do STF. Lei nº 14.344/2022 (Cria mecanismos para prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente).

7. Direito das Pessoas com Deficiência. Configuração constitucional e infraconstitucional: Legislação Federal: Constituição Federal; Lei nº 7.853/1989; Decreto nº 3.298/1999; Leis nº 8.213/1991, arts. 89 a 93; nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social); nº 8.899/1994; nº 10.048/2000; nº 10.098/2000; nº 10.216/2001; nº 10.708/2003; nº 11.126/2005 e nº 13.146/2015. A proteção dos direitos das pessoas com deficiência nos Códigos Civil, Penal e Eleitoral. Súmulas e jurisprudências do STJ e do STF.

8. Direito dos Idosos. A proteção dos direitos dos idosos na Constituição Federal, na Lei nº 8.842/1994, no Decreto nº 9.921/2019, Decreto nº 10.604/2021, e nas Leis nº 8.742/1993 e nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso). Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social). Súmulas e jurisprudências do STJ e do STF.

9. Direito à saúde. Proteção constitucional e infraconstitucional. Lei Complementar nº 141/2012 (regulamenta o § 3º do art. 198 da CF). Saúde e seguridade social. Sistema Único de Saúde. Lei nº 8.080/1990 (regula as ações e serviços de saúde). Lei nº 8.142/1990 (dispõe sobre a gestão do SUS). Lei nº 9.656/1998 (Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde). Lei nº 8.212/1991 (Organização da Seguridade Social). Súmulas e jurisprudências do STJ e do STF.

10. Tutela coletiva do direito à educação. Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Regulamentação e controle do FUNDEF. Lei nº 14.113/2020 (FUNDEB). Súmulas e jurisprudências do STJ e do STF.

11. Fiscalização das Fundações (Leis nº 8.958/94, nº 9.790/99 e nº 9.637/98). Súmulas e jurisprudências do STJ e do STF.

Direito Administrativo

1. Administração Pública e o regime jurídico-administrativo. Princípios da Administração Pública. Poderes da Administração.

2. Administração Indireta, descentralização e desconcentração. Entidades da Administração Indireta.

3. Agentes públicos.

4. Poderes Regulamentar e de Polícia.

5. Atos administrativos.



6. O processo administrativo.
7. Licitação.
8. O contrato administrativo.
9. Serviços Públicos. Delegação de Serviço Público.
10. Intervenção do Estado no domínio econômico e social.
11. Restrições do Estado sobre a propriedade privada: tombamento, servidão administrativa e desapropriação.
12. Bens públicos.
13. Controle da Administração Pública.
14. Responsabilidade Civil do Estado.
15. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).
16. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).
17. Fundações Públicas. Modalidades e regime jurídico.
18. Agências reguladoras e executivas.
19. Parcerias público-privadas.

Direito Tributário

1. Direito Tributário. Conceito e Princípios. Fontes. Sistema Tributário Nacional.
2. Espécies tributárias. Conceito. Classificação. Tarifas e preços públicos.
3. Tributos da União, dos Estados, do DF e dos Municípios. Capacidade. Competência normativa e arrecadatória. Contribuintes e responsáveis.
4. Princípios constitucionais tributários. Limitações. Legalidade. Irretroatividade. Anterioridade. Isonomia. Capacidade contributiva.
5. Legislação tributária: conteúdo, vigência, interpretação e integração. Tratados. Convênios. Resoluções.
6. Técnicas de tributação. Progressividade. Não cumulatividade. Substituição tributária. Responsabilidade tributária. Fato gerador.
7. Domicílio tributário. Contribuinte. Substituto. Solidariedade.
8. Crédito tributário. Lançamento. Inscrição. Suspensão. Extinção. Exclusão. Decadência. Prescrição. Garantias e privilégios.
9. Renúncia. Anistia. Benefícios fiscais.
10. Infrações e sanções tributárias. Responsabilidade criminal.
11. Guerra fiscal. Comércio Eletrônico.
12. Processo administrativo – Decreto nº 70.235/1972 - e processo judicial tributário. Dívida Ativa.
13. Crimes tributários. Lei 8.137/90. Representação fiscal. Investigação.
14. Execução fiscal. Lei 6830/1980. Embargos. Consignação em pagamento. Ação declaratória, anulatória, repetição de indébito, cautelar e mandado de segurança.
15. Tutela antecipada contra a Fazenda Pública.
16. Jurisprudência e Súmulas relativas à matéria tributária.

Direito Financeiro

1. Direito Financeiro: Conceito. Princípios. Pilares.
2. Competência legislativa.
3. Sistema Financeiro Nacional.
4. Lei de Orçamento (Lei 4.320/1946).
5. Lei de Responsabilidade (Lei Complementar 101/2000).
6. Abertura de créditos e assunção de empréstimos pela Administração Pública.
7. Sigilo bancário (Lei Complementar 105/2001).

Direito Eleitoral

1. Direitos políticos. Direitos fundamentais e direitos políticos. Privação de direitos políticos.
2. Direito Eleitoral. Conceito e fontes do Direito Eleitoral. Hermenêutica eleitoral. Princípios de direito eleitoral.
3. Poder representativo. Sufrágio. Natureza e extensão do sufrágio. Valor do sufrágio. Modo do sufrágio. Formas do sufrágio.
4. Organização eleitoral. Distribuição territorial. Sistemas eleitorais.
5. Justiça Eleitoral. Órgãos e composição. Funções da Justiça Eleitoral. Competência. Tribunal Superior Eleitoral. Tribunal Regional Eleitoral. Juízes Eleitorais. Juntas Eleitorais. Divisão geográfica da Justiça Eleitoral.



6. Ministério Público Eleitoral. Conformação constitucional. Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual. Legitimidade. Funções. Preferências. Impedimentos. Promotor Eleitoral. Resolução CNMP nº 30/2008.
7. Capacidade eleitoral. Requisitos. Limitações decorrentes de descumprimento do dever eleitoral.
8. Alistamento eleitoral. Domicílio eleitoral. Alistamento obrigatório e facultativo. Inalistabilidade. Transferência de domicílio eleitoral. Cancelamento e exclusão. Revisão do eleitorado.
9. Elegibilidade. Condições de elegibilidade.
10. Inelegibilidade. Incompatibilidade e desincompatibilização. Inelegibilidades constitucionais. Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais. Inelegibilidades legais relativas. Arguição judicial de inelegibilidade.
11. Registro de candidatura. Convenção partidária. Coligação partidária. Impugnação a pedido de registro de candidatura.
12. Partidos Políticos. Sistemas partidários. Criação, fusão e extinção dos partidos políticos. Órgãos partidários. Filiação partidária. Fidelidade partidária. Financiamento dos partidos políticos, controle de arrecadação e prestação de contas.
13. Garantias eleitorais. Liberdade de escolha. Proteção jurisdicional contra a violência atentatória à liberdade de voto. Contenção ao poder econômico e ao desvio e abuso do poder político. Transporte e alimentação de eleitores.
14. Propaganda político-eleitoral. Propaganda política. Propaganda partidária, intrapartidária e eleitoral. Propaganda institucional. Representação por propaganda eleitoral ilícita. Direito de resposta. Pesquisa eleitoral.
15. Eleição: preparação, votação, apuração, proclamação dos resultados. Diplomação. Recurso contra expedição de diploma. Realização de novas eleições e convocação do segundo colocado.
16. Ações judiciais eleitorais. Representações. Ação de impugnação de registro de candidatura. Ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder. Ação por captação irregular de sufrágio. Ação por captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais. Ação de impugnação de mandato eletivo.
17. Crimes eleitorais. Processo penal eleitoral. Disposições gerais sobre as penas. Tipos penais. Classificação dos crimes. Ação penal eleitoral. Competência. Rito processual e prazos. Recursos criminais.
18. Recursos eleitorais. Recursos e normatização constitucional. Recursos previstos no Código Eleitoral. Regras gerais. Prazos. Preclusão. Espécies e procedimentos.
19. Súmulas e jurisprudências do STF e do TSE e Resoluções do TSE.

Direito Institucional do Ministério Público

1. Direito Institucional do Ministério Público.
2. Evolução histórica do Ministério Público. O Ministério Público na Constituição de 1988: conceito, princípios, regime jurídico, autonomia, vedações, organização básica e atribuições.
3. Os Membros do Ministério Público como agentes públicos: carreira, deveres, direitos, impedimentos, prerrogativas e garantias.
4. Ministério Público resolutivo.
5. Regime disciplinar.
6. Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público).
7. Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União).
8. Lei Complementar nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul).
9. Conselho Nacional do Ministério Público: natureza jurídica, composição, funções, órgãos, atribuições, legitimidade normativa e relação com as instituições controladas.
10. Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul. Do Ministério Público.
11. Súmulas e jurisprudências do STF e do STJ sobre os temas relacionados anteriormente.

Art. 2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 28 de setembro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Comissão de Concurso



COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 36/2022

SAJ/MP nº 09.2022.00006203-5

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatário: Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo Grande, representada por seu Secretário, José Mário Antunes da Silva

Amparo legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 1º de julho de 2022

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Monitor de vídeo	80
2	Notebook	4
TOTAL DE ITENS		84

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 10/2022

SAJ/MP nº 09.2022.00000440-1

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatário: Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo Grande, representada por seu Secretário, José Mário Antunes da Silva

Amparo legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 1º de julho de 2022

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Longarina 3 lugares	9
2	Cadeira/poltrona	3
TOTAL DE ITENS		12

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 05/2022

SAJ/MP nº 09.2021.00006871-4

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatário: Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo Grande, representada por seu Secretário, José Mário Antunes da Silva

Amparo legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 1º de julho de 2022

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Aparelho de ar-condicionado	2
2	Cadeira	1
3	Gaveteiro	8
4	Mesa	50
5	Quadro para edital	1
6	Armário	1
TOTAL DE ITENS		63

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE004496 DE 27.09.2022 DO PROCESSO Nº 09.2022.00009522-6**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Youssif Amim Youssif.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 07/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 09/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (açúcar refinado) para atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 5.150,00 (cinco mil cento e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE004496, de 27.09.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15, da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2022NE004170 DE 06.09.2022 DO PROCESSO 09.2022.00006078-1.

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: Anulação parcial do saldo de empenho, tendo em vista Expediente de f. 75/76 e Decisão da Secretária-Geral de f. 121/124 – empresa informa que o produto referente ao item 1 da NE2857 foi descontinuado pelo fornecedor.

Valor: R\$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais).

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2021 ENTRE O MPMS E O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SEJUSP

Processo nº 09.2022.00008713-7.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio da **Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública**, representada por **Antônio Carlos Videira**, com interveniência do **Comando-Geral da Polícia Militar**, representado pelo Comandante-Geral **Coronel Marcos Paulo Gimenez**; da **Delegacia-Geral da Polícia Civil**, representada neste ato por seu Delegado-Geral, **Roberto Gurgel de Oliveira Filho**; e da **Coordenadoria-Geral de Perícias**, representada por sua Coordenadora-Geral, **Glória Setsuko Suzuki**.

Amparo legal: Artigo 8º, §2º, do Decreto nº 11.261/2003, e artigo 60 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2021, por mais 36 (trinta e seis) meses, e substituir um integrante na unidade responsável.

Vigência: 24.09.2022 a 24.09.2025.

Data da assinatura: 22 de setembro de 2022.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO ENTRE MPMS E BANCO DO BRASIL S.A

Processo: 09.2021.00007194-1

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **BANCO DO BRASIL S.A.**, representado por seu Gerente Geral, **Sebastião Vanderlan Borges Soares**.

Amparo legal: Artigo 116, da Lei Federal nº 8.666/1993 e §2º, do artigo 8º, do Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do convênio por mais 24 (vinte e quatro) meses.

Vigência do Convênio: 02.10.2022 a 02.10.2024.

Data da assinatura: 28 de setembro de 2022.

**EXTRATO DO CONTRATO N° 137/PGJ/2022**

Processo n° 09.2022.00009290-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **FLEX OFFICE COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA ESCRITÓRIO EIRELI**, representada por **Marcio Reis Cordeiro**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços n° 069/SAD/2021-1, resultante da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO n° 0043/2021, da Secretaria de Administração e Desburocratização do Estado de Mato Grosso do Sul.

Amparo legal: Lei Federal n° 8.666/1993, Lei Federal n° 10.520/2002, Lei federal n° 8.078/1990, Lei estadual n° 1.627/1995 e Decreto Federal n° 10.024/2019.

Objeto: Aquisição de mobiliários de escritórios para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 209.250,00 (duzentos e nove mil duzentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho n° 2022NE004488, datada de 26/09/2022.

Vigência: 28.09.2022 até 28.09.2023.

Data de assinatura: 28 de setembro de 2022.

EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

Processo de Gestão Administrativa n° 09.2022.00004791-2

Notificada: Julean Decorações Ltda

JULEAN DECORAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n° 10.525.127/0001-88, sediada na Avenida Olavo Bilac, n° 150, loja 02, Bairro Cerâmica, CEP n° 36.080-350, na cidade de Juiz de Fora/MG, representada neste ato por Ângela Euzébio Fernandes, portadora da Carteira Nacional de Habilitação n° 057xxxxxx30 DETRAN/MG e do CPF n° 033.xxx.xxx-94, fica notificada da aplicação da sanção de multa por inexecução total do objeto no importe de 30% (trinta por cento) do valor global do contrato (item 9.1.3., da cláusula nona, do contrato), bem como da Rescisão Unilateral do Contrato. A empresa poderá recorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis (art. 109, inciso I, alíneas “e” e “f”, e §§ 1º e 4º, da Lei n° 8.666/93). A empresa deverá adimplir o valor total da multa de R\$ 3.779,64 (três mil setecentos e setenta e nove reais sessenta e quatro centavos) no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial, na seguinte conta bancária: (001) Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente 50.120-4; CNPJ 03.464.870/0001-00 – Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo n° 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo n° 3 com o nome da empresa. Não havendo recurso ou pagamento voluntário da multa será providenciada a inscrição da penalidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), com respaldo na Instrução Normativa n° 3, de 26 de abril de 2018. Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço n° 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-8913, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

Processo de Gestão Administrativa n° 09.2022.00000760-9

Notificada: Francisco Jozilando de Lima

FRANCISCO JOZILANDO DE LIMA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n° 13.663.085/0002-10, sediada na Avenida Lourival Barbosa, n° 2067, Centro, CEP n° 79.130-000, na cidade de Rio Brilhante/MS, representada neste ato por Francisco Jozilando de Lima, portador da Carteira Nacional de Habilitação n° 038xxxxxx00 DETRAN/MS e do CPF n° 887.xxx.xxx-15, fica notificada para apresentar defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, quanto à intenção de rescisão unilateral da carta-contrato e de aplicação da sanção de multa por inexecução total do objeto no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato, com fulcro no item 6.1.2, da cláusula sexta; e no item 7.1.1, da cláusula sétima, ambos da Carta-Contrato n° 93/PGJ/2022, bem como no artigo 78, I da Lei Federal n° 8.666/1993. A multa pretendida corresponde ao valor total de R\$ 1.560,00 (um mil quinhentos e sessenta reais). Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço n° 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-8913, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.



EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2022.00000820-8

Notificada: Francisco Jozilando de Lima

FRANCISCO JOZILANDO DE LIMA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 13.663.085/0002-10, sediada na Avenida Lourival Barbosa, nº 2067, Centro, CEP nº 79.130-000, na cidade de Rio Brillhante/MS, representada neste ato por Francisco Jozilando de Lima, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 038xxxxxx00 DETRAN/MS e do CPF nº 887.xxx.xxx-15, fica notificada para apresentar defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, quanto à intenção de rescisão unilateral da carta-contrato e de aplicação da sanção de multa por inexecução total do objeto no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato, com fulcro no item 6.1.2, da cláusula sexta; e no item 7.1.1, da cláusula sétima, ambos da Carta-Contrato nº 94/PGJ/2022, bem como no artigo 78, I da Lei Federal nº 8.666/1993. A multa pretendida corresponde ao valor total de R\$ 504,00 (quinhentos e quatro reais). Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-8913, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL N. 0031/2022/32PJ/CGR

A 32.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2022.00000900-7

REQUERENTE: 32.ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

REQUERIDO: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.

ASSUNTO: Apurar supostas irregularidades do Setor de Pronto Atendimento Médico Adulto e Pediátrico do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, constatadas no Relatório da Vistoria n. 57/2022 realizada, em 11/03/2022, pelo Departamento de Fiscalização do Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul - CRM-MS.

Campo Grande, MS, 27 de setembro de 2022.

DANIELLA COSTA DA SILVA

32.ª Promotora de Justiça da Saúde Pública



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

DEODÁPOLIS

EDITAL Nº 0044/2022/PJ/DPS.**Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil Nº 09.2022.00007770-6.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2022.00007770-6, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Defensoria Pública Estadual de Deodápolis/MS.

Interessados: AGEPEN – Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário / Estado de Mato Grosso do Sul / Município de Deodápolis/MS.

Objeto: Fomentar e acompanhar, no Município de Deodápolis/MS, a implementação de atividades de conscientização e apoio, bem como de oportunidades de trabalho, estudo, aprendizagem, e/ou treinamento, durante a execução penal de condenados em regime aberto e semiaberto ou a pena restritiva de direitos, a fim de buscar a sua efetiva reinserção social e prevenir a reincidência de delitos, notadamente de crimes de violência doméstica, de trânsito, pequenos furtos, posse de armas de fogo, uso e tráfico de drogas.

Deodápolis/MS, 27 de setembro de 2022.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.

FÁTIMA DO SUL

EDITAL Nº 0008/2022

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009656-9, que está à disposição dos interessados na Rua Ipiranga, nº 810 - Jardim Primavera, em Fátima do Sul/MS, Fone (67) 3467-3421.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009656-9

Requerente: Ministério Público Estadual;

Interessados: - Município de Fátima do Sul/MS;

- Conselho Municipal de Direito da Criança e Adolescente (CMDCA) de Fátima do Sul/MS;

- Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) de Fátima do Sul/MS.

Objeto: Acompanhamento do processo seletivo e eleitoral suplementar do Conselho Tutelar de Fátima do Sul/MS.

Fátima do Sul/MS, 27 de setembro de 2022.

RODRIGO CINTRA FRANCO
Promotor de Justiça



RIO VERDE DE MATO GROSSO

EDITAL N° 0032/2022/PJ/RVG

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

O Ministério Público de Mato Grosso/MS, por meio de seu representante institucional abaixo assinado, faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2022/PJ/RVG, referente aos documentos da 1ª Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 017/2022-PGJ, de 19 de novembro de 2022.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso. O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da publicação do DOMP.

Rio Verde de Mato Grosso/MS, 27 de setembro de 2022.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS N° 01/2022/PJ/RVG

PROVENIÊNCIA – Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso		PROCEDÊNCIA – Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso	
Órgão / Setor: Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso		Órgão / Setor Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO			
<p>Classe - 200 – Notícia de Fato 02/2012; 03/2012; 05/2012; 06/2012; 07/2012; 08/2012; 09/2012; 10/2012; 11/2012; 15/2012; 17/2012; 18/2012; 19/2012; 27/2012; 21/2012; 13/2012; 31/2012; 20/2012; 38/2012; 37/2012; 33/2012; 40/2012; 41/2012; 28/2012; 34/2012; 42/2012; 45/2012; 53/2012; 58/2012; 51/2012; 52/2012; 61/2012; 65/2012; 63/2012; 60/2012; 43/2012; 32/2012; 47/2012; 44/2012; 73/2012; 54/2012; 49/2012; 62/2012; 76/2012; 67/2012; 72/2012; 75/2012; 77/2012; 79/2012; 74/2012; 86/2012; 78/2012; 85/2012; 89/2012; 83/2012; 84/2012; 88/2012; 93/2012; 96/2012; 98/2012; 99/2012; 102/2012; 87/2012; 91/2012; 100/2012; 94/2012; 95/2012; 127/2012; 30/2012; 124/2012; 123/2012; 126/2012; 129/2012; 128/2012; 130/2012; 67/2013; 66/2013; 70/2013; 77/2013; 85/2013; 83/2013; 76/2013; 80/2013; 94/2013; 91/2013; 89/2013; 84/2013; 82/2013; 79/2013; 81/2013; 90/2013; 02/2013; 03/2013; 11/2013; 01/2013; 07/2013; 05/2013; 08/2013; 09/2013; 04/2013; 13/2013; 42/2013; 40/2013; 38/2013; 37/2013; 35/2013; 32/2013; 29/2013; 26/2013; 25/2013; 31/2013; 28/2013; 24/2013; 23/2013; 27/2013; 21/2013; 20/2013; 19/2013; 14/2013; 12/2013; 22/2013; 10/2013; 18/2013; 15/2013; 41/2013; 43/2013; 45/2013; 46/2013; 47/2013; 48/2013; 54/2013; 55/2013; 56/2013; 61/2013; 69/2013; 63/2013; 68/2013; 72/2013; 62/2013; 65/2013; 74/2013; 96/2013; 93/2013; 29/2014; 31/2014; 30/2014; 26/2014; 25/2014; 34/2014; 27/2014; 32/2014; 33/2014; 41/2014; 01/2014; 03/2014; 02/2014; 05/2014; 06/2014; 08/2014; 28/2014; 07/2014; 09/2014;</p>	<p>Conforme disposto na Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.</p>	Exercício 2012	Exercício 2017



<p>17/2014; 10/2014; 11/2014; 13/2014; 22/2014; 14/2014; 15/2014; 16/2014; 18/2014; 20/2014; 24/2014; 19/2014; 23/2014; 40/2014; 36/2014; 37/2014; 73/2015; 71/2015; 72/2015; 65/2015; 67/2015; 68/2015; 69/2015; 70/2015; 77/2015; 80/2015; 74/2015; 75/2015; 76/2015; 78/2015; 79/2015; 81/2015; 04/2015; 05/2015; 06/2015; 01/2015; 02/2015; 07/2015; 08/2015; 18/2015; 10/2015; 14/2015; 11/2015; 12/2015; 24/2015; 21/2015; 27/2015; 13/2015; 19/2015; 17/2015; 15/2015; 16/2015; 22/2015; 46/2015; 28/2015; 37/2015; 39/2015; 29/2015; 25/2015; 23/2015; 26/2015; 44/2015; 35/2015; 41/2015; 54/2015; 36/2015; 30/2015; 32/2015; 34/2015; 33/2015; 43/2015; 42/2015; 48/2015; 49/2015; 40/2015; 45/2015; 50/2015; 51/2015; 47/2015; 56/2015; 57/2015; 59/2015; 62/2015; 61/2015; 66/2015; 55/2015; 58/2015; 64/2015; 60/2015; 63/2015; 53/2015; 52/2015; 54/2015; 01/2016; 03/2016; 04/2016; 05/2016; 06/2016; 08/2016; 14/2016; 10/2016; 13/2016; 15/2016; 11/2016; 17/2016; 16/2016; 21/2016; 24/2016; 28/2016; 18/2016; 19/2016; 25/2016; 26/2016; 29/2016; 20/2016; 23/2016; 27/2016; 22/2016; 30/2016; 32/2016; 33/2016; 20/2017; 16/2017; 14/2017; 15/2017; 19/2017; 09/2017; 37/2017; 06/2017; 27/2017; 21/2017; 17/2017; 23/2017; 22/2017; 04/2017; 03/2017; 01/2017; 13/2017; 08/2017; 02/2017; 05/2017; 12/2017; 25/2017; 24/2017; 33/2017; 31/2017; 30/2017; 28/2017; 26/2017; 32/2017; 34/2017; 36/2017; 35/2017; 18/2017; 01.2017.00005058-9; 01.2017.00003499-0; 01.2017.00003935-1; 01.2017.00004425-4; 01.2017.00004480-0; 01.2017.00005057-8; 01.2017.00004478-7; 01.2017.00003603-2; 01.2017.00004594-2; 01.2017.00004091-4; 01.2017.00004315-5; 01.2017.00005386-4; 01.2017.00005711-6; 01.2017.00006589-4; 01.2017.00007709-0; 01.2017.00007344-9; 01.2017.00003567-7; 01.2017.00007025-2; 01.2017.00007013-0; 01.2017.00004468-7; 01.2017.00004531-0; 01.2017.00010463-7; 01.2017.00009247-9; 01.2017.00007014-1; 01.2017.00009613-1; 01.2017.00008079-4; 01.2017.00009645-3; 01.2017.00007918-7; 01.2017.00006534-9.</p>			
<p>Classe - 300 – Procedimentos Administrativos 01/2001; 01/2008; 03/2008; 08/2012; 09/2012.</p>	<p>Conforme disposto na Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.</p>	<p>Exercício 2001</p>	<p>Exercício 2012</p>
<p align="center">RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Fernanda Biscaia da Silva Cavalcante Técnica I Data do preenchimento: 27/09/2022</p>			